



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

ACTA N.º 30/XI/2.ª

Aos oito dias do mês de Fevereiro de dois mil e onze, pelas quinze horas, reuniu, na Sala 6 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

AUDIÇÕES

No âmbito da nova apreciação da Proposta de Lei n.º 45/XI/2.ª (GOV) - Altera os Estatutos dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público em matéria de aposentação, reforma e jubilação, define as condições de atribuição do suplemento de fixação e do novo suplemento que substitui o subsídio de compensação e altera os respectivos regimes de substituição e acumulação

15:00 Horas - Conselho Superior da Magistratura;

16:00 Horas - Conselho Superior do Ministério Público;

17:00 Horas - Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais;

18:00 Horas - Associação Sindical dos Juizes Portugueses;

19:00 Horas - Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.

As audições foram agendadas no âmbito da nova apreciação da Proposta de Lei n.º 45/XI/2.ª (GOV) - *Altera os Estatutos dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público em matéria de aposentação, reforma e jubilação, define as condições de atribuição do suplemento de fixação e do novo suplemento que substitui o subsídio de compensação e altera os respectivos regimes de substituição e acumulação*, que baixara de novo à Comissão, sem votação, para nova apreciação nos termos do artigo 146.º do Regimento da Assembleia da República. Tendo o Grupo Parlamentar do PS apresentado propostas de substituição à Proposta de Lei, sobre as quais incidiu a nova apreciação (sem prejuízo de outras que pudessem vir a ser apresentadas por outros Grupos Parlamentares), deliberou a Comissão proceder novamente à audição das entidades anteriormente auscultadas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Em primeiro lugar, decorreu a audição do Conselho Superior da Magistratura, que estava representado pelos seus Presidente, Juiz Conselheiro Noronha do Nascimento, e Vice-Presidente, Juiz Conselheiro Bravo Serra.

O Senhor Presidente do Conselho Superior da Magistratura fez uma intervenção inicial acerca das soluções normativas da Proposta de Lei bem como das propostas de substituição apresentadas.

Intervieram no debate que se seguiu os Senhores Deputados Ricardo Rodrigues (PS), Hugo Velosa (PSD), João Oliveira (PCP) e Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP) e a Senhora Deputada Helena Pinto (BE), tendo os Senhores Juizes Conselheiros respondido às questões e comentários formulados.

Às 16 horas e 30 minutos teve início a audição do Conselho Superior do Ministério Público, que estava representado pela sua Vice-Presidente, Conselheira Isabel São Marcos, que fez uma intervenção inicial acerca das soluções normativas da Proposta de Lei bem como das propostas de substituição apresentadas.

Intervieram no debate que se seguiu, para além do Senhor Presidente da Comissão (Osvaldo de Castro), os Senhores Deputados Ricardo Rodrigues (PS), Teresa Morais (PSD), Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP) e João Oliveira (PCP) aos quais a representante do Conselho Superior do Ministério Público respondeu.

No final, antes de se dar início à audição do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) apresentou, oralmente, dois requerimentos, um no sentido de se proceder, na Comissão, à audição do Senhor Ministro da Justiça, a propósito da iniciativa legislativa hoje em apreciação (Proposta de Lei n.º 45/XI/2.ª (GOV) - *Altera os Estatutos dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público em matéria de aposentação, reforma e jubilação, define as*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

condições de atribuição do suplemento de fixação e do novo suplemento que substitui o subsídio de compensação e altera os respectivos regimes de substituição e acumulação), e outro, suscitando o adiamento por oito dias da apreciação e votação indiciárias da Proposta de Lei pela Comissão, assim permitindo a audição prévia do Senhor Ministro da Justiça.

Ambos os requerimentos foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Às 18 horas e 30 minutos teve início a audição do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, representado pelo seu Presidente, Conselheiro Lúcio Barbosa, que, numa breve intervenção inicial, se pronunciou acerca das soluções normativas da Proposta de Lei bem como das propostas de substituição apresentadas.

Intervieram, depois, os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD), Manuel Seabra (PS) e António Filipe (PCP), que, cumprimentando o Senhor Conselheiro pela sua clareza e agradecendo o seu poder de síntese, declararam estar esclarecidos, razão pela qual não colocaram qualquer questão.

Às 18h45, teve início a audição da Associação Sindical dos Juizes Portugueses. Estiveram presentes na audição, em representação da Associação Sindical, o Presidente da Direcção, Juiz Desembargador Dr. António Martins e o Secretário-Geral da Associação, Juiz de Direito Dr. Manuel Henrique Soares Ramos, que apresentaram a sua posição sobre as propostas de substituição apresentadas e reiteraram a posição de fundo sobre as soluções normativas da Proposta de Lei e sobre o processo que conduziu à sua apresentação à Assembleia da República, que haviam já transmitido à Comissão, quando da audição do dia 11 de Janeiro de 2011.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Intervieram no debate que se seguiu a esta exposição inicial os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD), Manuel Seabra (PS), João Oliveira (PCP) e Nuno Magalhães (CDS/PP), tendo os representantes da Associação Sindical respondido às questões e comentários formulados.

Às 20h15, teve início a audição do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público. Estiveram presentes na audição, em representação do Sindicato, o Presidente da Direcção, o Procurador Dr. João Palma, e o Secretário-Geral do Sindicato, Procurador-Adjunto Dr. Rui Cardoso, que apresentaram a sua posição sobre as propostas de substituição apresentadas e manifestaram a sua discordância genérica relativamente às soluções normativas encontradas, em particular sobre as alterações do estatuto da jubilação, que consideraram ficar diminuído e não reforçado, e que haviam já transmitido à Comissão, quando da audição do dia 11 de Janeiro de 2011.

Intervieram no debate que se seguiu a esta exposição inicial os Senhores Deputados Nuno Magalhães (CDS/PP), Hugo Velosa (PSD), Marques Júnior (PS) e João Oliveira (PCP), tendo os representantes do Sindicato respondido às questões e comentários formulados.

As audições foram integralmente gravadas em suportes áudio e vídeo e transmitidas, em diferido, no Canal Parlamento, encontrando-se o respectivo registo vídeo disponível para consulta na página Internet do Canal Parlamento.

- [Conselho Superior da Magistratura;](#)
- [Conselho Superior do Ministério Público;](#)
- [Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais;](#)
- [Associação Sindical dos Juizes Portugueses;](#)
- [Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.](#)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

O Senhor Presidente deu ainda conta de que o Senhor Ministro da Administração Interna não teria disponibilidade para, na terça-feira, dia 15 de Fevereiro, como proposto pela Comissão, estar presente numa audição na Comissão, para esclarecimentos sobre o acto eleitoral de 23 de Janeiro de 2011, na sequência do relatório do inquérito promovido para apuramento dos factos então ocorridos (a requerimento dos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP, BE e PCP). Explicou que o Senhor Ministro tinha anunciado poder reunir já na sexta-feira, dia 11 de Fevereiro, às 14h30, tendo os representantes dos Grupos Parlamentares presentes consentido na data indicada.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às vinte e uma horas e quinze minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Osvaldo de Castro)

Nota: Aprovada em 02-03-2011



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
António Gameiro
Celeste Correia
Fernando Negrão
Filipe Lobo D' Ávila
Filipe Neto Brandão
Helena Pinto
Hugo Velosa
Isabel Oneto
Jorge Bacelar Gouveia
José Luís Ferreira
Luís Montenegro
Luís Pita Ameixa
Luísa Roseira
Manuel Seabra
Maria do Rosário Carneiro
Maria Manuela Augusto
Nuno Magalhães
Osvaldo de Castro
Ricardo Rodrigues
Teresa Morais
Correia de Jesus



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

João Oliveira

João Serrano

Marques Júnior

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Justificaram a falta os seguintes Senhores Deputados:

Francisca Almeida